

REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO E A LUTA PELA TERRA SOB A ÓTICA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA

Tamires Aparecida Batista de Oliveira¹
José Eloízio da Costa²
Hueliton da Silveira Ferreira³

Resumo

A luta pela terra no Brasil reflete o processo histórico de sua apropriação, ocupação e uso, desde a colonização até os dias atuais. Ao longo do tempo, verificaram-se vários conflitos pela posse da terra, na qual, a origem provém da concentração da riqueza, pois, uma minoria privilegiada concentra a produção agrária, e por consequência controla a política e as finanças. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo principal apresentar os desdobramentos dos fundamentos teórico-metodológicos da Geografia Agrária acerca da análise do espaço agrário brasileiro e a luta pela terra no Brasil, no qual consiste assim, no resgate teórico em uma análise documental, articulada com pesquisa bibliográfica sobre a imensa complexidade de fontes inspiradoras acerca da temática. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, tratar-se-á de uma teoria que influencia o desenvolvimento da pesquisa através de uma abordagem Materialista Histórica Dialética.

Palavras-chave: Espaço agrário. Movimentos Sociais. Reforma Agrária.

Introdução

A criação dos assentamentos rurais provenientes da Reforma Agrária tornou-se o marco central para o espalho agrário brasileiro no final do século XX. Esse movimento gerou implicações e mudanças socioeconômicas compreendidas a partir das transformações técnicas advindas da modernização agrícola, das novas unidades de produção rural nos assentamentos, estruturadas na agricultura familiar, na produção de alimentos e no emprego da força de trabalho.

Embora fosse vista como frágil e de conquistas pequenas, no meio rural a terra era representante maior dos movimentos sociais, era a pauta principal de luta, conhecida desde a década de 1950. Todavia, ainda faltavam características mais contundentes capazes de identificá-la como um movimento social mais concreto no campo nacional.

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS). Integrante do Grupo de Pesquisa Sobre Transformações no Mundo Rural (NPGeo/UFS/CNPq). Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC/SE. E-mail: tamires_ufs@yahoo.com.br

²Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS). Líder do Grupo de Pesquisa Sobre Transformações no Mundo Rural (NPGeo/UFS/CNPq). E-mail: eloizio.npgeo@gmail.com

³Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS). Analista Ambiental – ICMBIO. E-mail: huelitonferreira@gmail.com

Durante e após a fase de luta pela terra, os agricultores que já ocuparam posições sociais distintas em seus trajetos de vida, conformam sistemas socioculturais também diferentes. São os distintos trajetos sociais que abrem a cada indivíduo determinadas modalidades e possibilidades de produção de sentidos, formas de consciência e, portanto, estilos de comportamento com tendência a serem estilos de projetos de futuro.

Haja vista que as unidades de produção rural foram inseridas nas relações sociais capitalistas por meio do processo de reorganização, reestruturação, associação entre famílias, terra e trabalho, que proporciona a integração da agricultura familiar à sociedade contemporânea. Tais unidades de produção rural podem, ainda, gerar empregos e aumento de renda a terceiros durante algum período da produção ou comercialização, possibilitando mais qualidade de vida à família do assentado.

O presente Artigo tem como objetivo refletir sobre a Geografia agrária numa perspectiva sobre o aspecto agrário brasileiro, no qual apresenta como suporte teórico-conceitual obras de alguns estudiosos como Gomes (1996), Kageyama (2008), Martins (1986, 1994, 1997, 2008), Mendes (2005), Oliveira (1986), Petrone (1984) Prado Jr. (1992) e Santos e Silva (2001) dentre outros, que têm se dedicado a analisar o espaço agrário e a luta pela terra por meio da ocupação e organização do espaço, associadas à mobilização popular e a conflitos sociais no campo nas últimas décadas do século XXI. Metodologicamente quanto aos meios, a pesquisa é documental, pois, usa documentos conservados por diversas fontes para compreender o tema abordado. E tem o caráter bibliográfico, uma vez que utilizam livros, artigos de jornais e revistas sobre o tema.

Logo, com essa pesquisa, buscaram-se os principais autores, casos, e publicações, que auxiliaram o atendimento do objetivo geral do estudo.

A construção do espaço

O Espaço é um objeto conceitual ir interpretativo em diversas ciências (CORRÊA 2002). Usado para estudar e compreender causas ocorridas em uma área, o espaço é primordial para o conhecimento terrestre, por isso se tornou o conceito chave da geografia, diante dos estudos de uma porção específica do planeta terra, o conhecimento espacial é considerado um campo amplo para estudo (CASSIRER, 1953).

Proporcionando aos pesquisadores uma maneira mais edificada de análise, ou seja, contendo vários caminhos alternativos para o estudo científico de uma determinada área na terra, que conforme Hartshorne:

...é somente um quadro intelectual do fenômeno, um conceito abstrato que não existe em realidade (“... a área, em si própria, esta relacionada os fenômenos dentro dela, somente naquilo que ela os contém em tais e tais localização” (1939, p. 395).

Esse conceito tratado mostra um espaço sem importância, apenas, uma área de proximidade com indivíduo, quando esse indivíduo se mantém fora do referido espaço, não contém uma importância significativa para a construção do seu próprio habitat, o espaço só existe quando somente todos os elementos que estão dentro dele atuarem na área de convívio.

Neste modo o espaço era denominado como único e individual, mas, o estudo espacial demonstra a importância dos indivíduos interno e externo para composição e desenvolvimento social, precisando desempenhar um papel ou uma função, decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema (LEFÉBVRE, 1976). Essa totalidade constrói o espaço diante das diversidades encontradas nos modos de convívios e na formação de um sistema, capaz de transformar a estrutura espacial.

Na geografia tradicional o espaço, não o constitui um conceito (CORRÊA, 2002), devido, privilegiar as categorias geográficas, paisagem e região, mas o espaço ainda ficou presente na obra de Ratzel e Hartshorne de forma implícita, mais contribuíram para o desenvolvimento dessa categoria, devido à interpretação diante da apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo (CORRÊA, 2002) mostrando-se a importância do espaço para a geografia, na descrição e análise da interação de fenômenos no espaço (HARTSHORNE 1939).

A partir de 1950 o conceito espaço, efetiva na história do pensamento geográfico, diante de profundas modificações na geografia, adotando visão epistemológica da ciência geográfica, incluindo o análise espacial, no planejamento público e privado, a geografia passa a ser considerada ciência social e sua concepção espacial:

(...) deriva de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo. Admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima e a cobertura vegetal, assim como a sua ocupação humana: há uma uniforme densidade demográfica, de renda e de padrão cultura (...) (CORRÊA, 2002, p. 20, 21).

Identificando a importância do estudo espacial nas diversas áreas, por concentra uma concepção a plangente, relativa, ocorreu sempre uma relação entre os diversos tipos de objetos, incluso em um determinado espaço, essa relação vez o espaço relativo ser crucial no âmbito dessa concepção, entendido a partir de relações entre os objetos, que implicava em custos – dinheiro, tempo, energia – para vencer a fricção imposta pela distância (HARVEY, 1969).

O espaço ficou considerado a partir da relação com os objetos, item principal na convivência dos seres humanos, pois é no determinado espaço, o homem irá povoar e conviver, para conseguir sua sobrevivência.

Através de novos surgimentos de ideias e fragmentação, em 1970 surgiu à geografia crítica, tendo com base fundamental, procurar romper as duas concepções sobre espaço (tradicional e teórico quantitativa). O espaço antes negligenciado pela geografia tradicional aparece como conceito chave, da geografia e analisar o espaço como sua principal preocupação, porque, para a intensificação das contradições sociais, eram vistos tanto nos países centrais como periféricos no espaço (SOJA e HADJIMICHALIS, 1979).

Uma diferença, as relações sociais, proposta por Milton Santos (1982), como principal “participação radical da geografia e um desafio tentador” na compreensão e relação entre a geográfica crítica e o conhecimento do espaço com reprodução das relações sócias, nessa perspectiva:

O espaço é entendido como produtor de um processo de relações reais que a sociedade estabelece com a natureza (primeira ou segunda). A sociedade não é passiva diante a natureza: existe um processo dialético entre ambas que reproduz, constantemente, o espaço e sociedade, diferenciando em função de momentos históricos específicos e diferenciados. (...). O Espaço é humano não porque o homem habita, mas porque produz. Ele é um produto desigual e contraditório a imagem e semelhança da sociedade que o produziu com seu trabalho (CARLOS, 2002, p.165).

Para a geografia a construção, estabelecia uma conexão direta entre espaço e sociedade, a partir da produção do homem que vai se construindo e edificando, com o passa do tempo o espaço irá der novas formas, reformulada pelo homem, assim (SANTOS 1999), apresenta:

(...) O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerado isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois,

cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétrica, fábricas, fazendas modernas, portos, estrada de rolagem, estradas de ferros, cidade, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (p.51)

Compostos por diferentes objetos modificando-se diante do tempo, as técnicas ressaltadas por Santos, atribuir a formação do espaço em terminada área, constituindo um processo de habitação dos seres vivos, sendo transformadores do espaço ao longo da história, fazendo a organização espacial, mediante as formas, funções, estruturas e processos, que constroem uma base teórica e metodológica a partir das discussões dos fenômenos espaciais em totalidade na formação do espaço (SANTOS 1985).

Diante da formação espacial, surgiu uma nova maneira de ressaltar o espaço, diferenciando das demais concepções, a geografia humanista e cultural, prevalecia à subjetividade, na intuição, no sentimento, na experiência, no simbolismo e na contingência. Privilegiando o singular e não particular ou universal, ao invés da explicação, tem na compreensão a base da inteligibilidade do mundo real (CORREA, 2002).

O lugar passa a ser conceito-chave para geografia e a paisagem revalorizam devido à forma de perceber o espaço que será visto apenas como vivência, ou seja, a partir da experiência de um grupo ou povo, o espaço segundo TUAN:

“O espaço mítico é também uma resposta dos sentimentos e da imaginação às necessidades humanas fundamentais. Difere dos espaços concebidos pragmática e cientificamente no sentido que ignora a lógica da exclusão e da contradição” (1983, p.112).

Para o geógrafo, o espaço define-se principalmente na lógica da convivência humana. A formação espacial era composta por os indivíduos que juntos formavam grupos capazes de desenvolverem, naquele espaço, uma identidade particularmente vinculada à geografia francesa, na tradição Vidaliana (CORREA, 2002). O espaço passava a ser visto como espaço vivido, onde estava a valorização da razão, crenças, encontrada no referido espaço.

Diante das concepções propostas acima, percebe-se a importância do espaço no entendimento do objeto de estudo. A sua construção foi estabelecida mediante discussões e interpretações da sociedade, hoje o conhecimento do espaço é muito importante, pois através do seu análise, pode-se conhecer a estrutura social, as formas e funções que estabelecem a realidade social (CORREA, 2002).

O envolvimento trazido pela geografia crítica permanece mais atuante, sendo o espaço categoria chave para o conhecimento de uma sociedade, além de prevalecer à formação sócio espacial, afirmada por SANTOS (1977) que não era possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem recorrer ao espaço, se se referindo aos modos de produção que é até hoje estabelece pela sociedade. Desenvolvendo junto com o espaço, característica a partir do modo de produção, determinada pelas formas espaciais que são constituídos a partir de uma linguagem dos modos de produção (SANTOS, 1977, p. 5).

As sociedades desenvolvem suas produções através do espaço, afirmando, que uma sociedade só se torna concreta através da sua espacialização, da reprodução do próprio espaço, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade (SANTOS, 1977).

A construção do espaço é indispensável para qualquer cultura, dentro da sociedade, não podemos falar em qualquer ciência sem ressaltar o espaço, sendo o desenvolvedor social da sociedade.

O espaço agrário brasileiro

A construção do espaço agrário brasileiro tem sua origem na colonização europeia, nos primórdios do século XVI, com a chegada dos portugueses, o declínio do feudalismo e a ascensão do sistema capitalista na Europa. Passou por diferentes contrastes presentes na composição social dos *Brasis*.

É relevante compreender os processos ligados à propriedade fundiária a partir da divisão por capitâneas hereditárias, essa forma de administração territorial praticada pela Coroa que delegou a tarefa de colonização e exploração de determinadas áreas, usava o trabalho escravo e destinava a produção à exportação. Outro momento marcante foi à tentativa de regularizar a posse da terra com a denominada Lei de Terras de 18 de setembro de 1850, que se referia ao título de posse mediante a compra, objetivava acabar com a prática da usucapião e destinou a posse da terra aos membros da elite agrária brasileira, expandindo assim suas propriedades junto à concentração de terras por todo país.

Certamente a consolidação do espaço agrário brasileiro teve a contribuição de políticas responsáveis pelo modelo de propriedade rural centrada nas relações de produção capitalistas, sendo a expansão do sistema capitalista a responsável tanto pela organização e estruturação da agricultura quanto pelo conjunto da sociedade brasileira em sua total amplitude, levando a reprodução das relações internas. Assim,

Na concepção mais antiga e mais rica, o desenvolvimento desigual dizia respeito aos descompassos e tempos desiguais que separavam e contrapunham o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social (a exploração e a alienação do trabalhador explorado, o trabalho social e a apropriação privada dos resultados do trabalho assalariado). Nessa perspectiva, os tempos desiguais envolvidos no processo social não estavam separados em espaços diferentes, o que, feito pela mentalidade economicista, destruiu a problemática da desigualdade do desenvolvimento do mundo capitalista, substituindo-a pela concepção de desenvolvimento igual. (MARTINS, 1993, p. 108-9, grifo do autor)

O desenvolvimento do capitalismo não é visto como movimento progressivo e linear, mas contraditório, que também pode criar e recriar relações, nem sempre capitalistas, como a unidade familiar de produção. Nesse sentido, a reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão detêm-se sobre a frente pioneira – que é um dos momentos de um mesmo processo, ou seja, a frente pioneira como momento do processo do capital.

A análise centra-se na escravidão por dívida ou peonagem, expressões do cativo no capitalismo da fronteira brasileira, demonstrando que essa forma de exploração constitui um dos elementos da acumulação primitiva na reprodução ampliada do capital. Enquanto a presença contemporânea de relações sociais do passado reatualizadas são produtos do capital. Esse momento da relação de trabalho e ocupação espacial é desenvolvido por Martins (1986) no livro *O Cativo da Terra*, o qual aborda o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o objetivo é desvendar as formas de disseminação do capitalismo, refutando a afirmação de que a crise do trabalho escravo resultou na utilização do trabalho assalariado.

O Colonato teve importância central na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, pois o trabalhador entrou no processo produtivo como renda capitalizada, ou seja, o fazendeiro arcava com o transporte, alimentação e instalação do colono e sua família. Mas houve momentos em que os colonos se revoltaram por tomar conhecimento da exploração e promoveram mudanças no ingresso de novos colonos nas fazendas de café, por exemplo. Ainda assim, de maneira mais discreta manteve-se a exploração do colono.

Sabe-se que a produção de café proporcionou mudanças na mentalidade da burguesia brasileira e na industrialização de São Paulo, Martins (1896) evidencia a influência desse grão na constituição do centro econômico e também na formação da classe trabalhadora urbana, que denomina a morte do burguês mítico, discorrendo sobre os três mecanismos ideológicos de sustentação da dominação de classe: a proletarianização das aspirações burguesas; o aburguesamento das aspirações operárias e a vida do burguês; e a morte do mito. As discussões apresentadas pelo sociólogo mantêm-se atuais no sentido da resistência do colono,

renomeado como pequeno proprietário de terra, segue produzindo alimentos de baixo custo, de alto consumo e voltado para o mercado interno.

Diante do temor da provável revolução camponesa que resultaria na reforma agrária, em 1964, os militares elaboraram o Estatuto da Terra, outra tentativa de amenizar os conflitos no campo. Desde o início a estrutura fundiária é o reflexo da distribuição e ocupação do território e as questões sociais existentes no campo, o acesso a terra e a soberania alimentar são pautas de lutas ainda nos dias de hoje (2016).

Sabendo que o espaço agrário brasileiro é construído por meio de processos históricos que produziram diferentes formas de apropriação da terra, os assentamentos rurais são resultados do processo de distribuição de terras aos sujeitos que foram expulsos do campo, no sentido da expropriação acontecida no passado. Os assentamentos da Reforma Agrária constituem a criação de novas unidades de produção familiar, com trabalhadores rurais sem-terra na busca pela terra e apoiados nas políticas governamentais de reordenamento do território.

É interessante observar o processo de construção do espaço agrário brasileiro, diante das condições estabelecidas em sua organização social e econômica, fundamentada na rígida estratificação social, onde há desigualdades latentes ao desenvolvimento da pequena propriedade rural. Os inúmeros problemas que perpassam essa camada intermediária na atual conjuntura, em especial no que se refere à concentração da propriedade da terra e da renda. É importante salientar, ainda, a formação e expansão do capitalismo, compreendido em seu processo histórico que se inicia a partir da Europa e se alastra para outras regiões por meio da mundialização do capital, proporcionando as revoluções tecnológicas conhecidas e debatidas nas obras de (PRADO JÚNIOR, 1992; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Para discorrer sobre o rural e a ruralidade usa-se o levantamento teórico e analítico realizado por Kageyama (2008). A autora conceitua o rural, ruralidade e conseqüentemente o desenvolvimento rural a partir da análise do rural interligado ao desenvolvimento espacial, “[...] o destino da maioria das áreas rurais do Brasil depende muito da evolução do seu ‘agrícola’ [...]” (p.13). Ou seja, o agrícola é o setor predominante no espaço rural, seja pela população ocupada ou pelo valor adicionado através do trabalho, bem como a preservação da paisagem e das potencialidades naturais.

Sabe-se que o projeto da elaboração de núcleos coloniais destinados às pequenas unidades de produção se deu a partir da Lei de Terras de 1850, constata-se que esses núcleos

foram insignificantes, comparados aos trabalhadores encaminhados às fazendas de café. Essa política foi aplicada na Região Sul e no estado de Espírito Santo e São Paulo (MARTINS, 1986).

O desenvolvimento da pequena propriedade estava na necessidade de elaborar meios de mudanças na vida social e econômica do país, situação expressa nas novas necessidades do capitalismo industrial por meio da divisão internacional do trabalho, com essa ação os partidários da colonização pretendiam incrementar a ocupação do espaço (PETRONE, 1984).

Mendes (2005) aponta que após 1850 a situação do trabalhador rural foi colocada em novos termos. Isto é,

Após a instituição e aplicação do novo regime fundiário, a terra foi convertida em mercadoria. É sob esse contexto que nasce a pequena produção rural, independente das grandes fazendas, formada por pequenos proprietários cada vez mais dependentes do mercado. Esses trabalhadores agora eram homens livres, compradores de terra, cuja existência deve-se à conversão da terra em mercadoria (MENDES, 2005, p. 96).

A formação de grandes aglomerações urbanas e industriais estimulou o desenvolvimento da pequena propriedade fundiária, a produção de alimentos que estava condicionada ao seu abastecimento à base de verduras, frutas, aves etc., não era compatível com aquela praticada na grande propriedade de extensiva monocultura, aqui a produção estava direcionada a exportação.

As modificações implantadas no meio rural asseguraram o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário, ao mesmo tempo em que acentuou os problemas sociais no campo e na cidade, através do êxodo rural. O modelo produtivo adotado, a partir da tecnificação das atividades agrícolas, principalmente de exportação, criou um novo molde de concentração da propriedade fundiária e da renda. O sistema produtivo do restante da agricultura não apresentou mudanças técnicas significativas. Os pequenos agricultores familiares não foram contemplados com o “[...] aumento de produtividade, decorrente do uso intensivo de técnicas e insumos de alto custo, o que dificulta o seu engajamento nessa dinâmica, salvo raras exceções (MENDES, 2005, p. 114)”.

Martins (2008) na obra *A sociabilidade do homem simples* esclarece que o homem comum, em sua vivência no processo histórico e mediante as possibilidades de conscientização/alienação, realiza-se no fazer histórico dialético. A modernidade atual, as incoerências, as anomalias, os paradoxos e os limites são tão evidenciados que devem ser pensados como mediações da compreensão histórica e sociológica, e o cotidiano é a mediação

que edifica as grandes construções históricas responsáveis por levar adiante a humanização do homem, ou seja, a história é vivida e, em primeira instância, decifrada no cotidiano e por meio dele que o homem simples busca a sua emancipação.

Ainda no magistral esforço outras medidas são empregadas, como a aproximação latente de alguns representantes do movimento junto ao governo, mas a corrupção infelizmente brotou, trazendo à tona a face de vários corruptores também. Essa exposição manchou o movimento e passou a ser usada pelos militantes contrários a luta pela terra como instrumento de formalização de uma política anti MST, descaracterizada de senso crítico e realidade fática social, que é nociva à parte que realmente luta por mudanças no campo social e econômico de uma maioria que efetivamente sonha com a capacidade produtiva em terras seguras.

Espaço e a luta pela terra

A ocupação de um espaço no planeta terra, sempre esteve em batalha, devido ao poder, das pessoas que contém mais capital, para eles dominarem determinadas áreas eram fácil, porque estabelecia uma barreira, capaz de subdividi o homem e a terra, mediante o capital.

A terra se concentrou nas mãos de poucos, este processo originou-se dos ancestrais até os dias de hoje, por exemplo, uma determinada nação só tinha grande poder, se conseguisse território e ampliar seu espaço de batalha.

O espaço proporcionado pelas várias luta pela terra, que se compõem por um caminho constante de relações trocadas, de cunho econômico e ideológico, apresentados pela resistência e pelos impasses (THOMÁS, 2010), na formação de uma reforma agrária.

Tornaram a reforma agrária persistência de uma pequena classe, passando o espaço passa a ser entendido como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática social (CORREA, 1995). Essa correlação ajuda a compreensão da luta pela terra, pois sempre esteve no cenário de poder como a principal forma de crescimento de uma nação, a luta envolvia todos os setores: políticos, econômico e social.

O Estado o grande desenvolvedor de políticas públicas, capaz de ampliar o espaço da luta, dos camponeses contra os grandes latifundiários, colaborou para criação de projetos que venha a estabelecer o desenvolvimento das famílias no espaço rural.

Por isso é dever do Estado, estabelece-se através da conjuntura de uma classe social, juntos buscam um objetivo diante do Estado:

(...) O conjunto de mudanças que devem ser promovida pelo governo de um país, envolvendo entidades e pessoas, que busque acomodar o homem na terra promovendo a justiça social pela redistribuição de terras ociosas a quem se propõe a cultivá-las para garantir sustentação básica da família com boa qualidade de vida e venda do excedente.”(STRAZZACAPPA, 2010, p. 10)

Esse argumento refere-se às mudanças na ampliação de um espaço agrário que necessitava ser visto pelos grandes representantes, pois a conquista da terra, estabelecida pela família, gerava mais qualidades de vida, por isso, a luta pela terra é proposta com um dos maiores ataques nas bases de poderes da classe latifundiária (FERNANDES, 1999).

O processo de divisão do espaço gera-se uma subdivisão igualitária e coletiva na apropriação de terras de grandes fazendeiros, passando a ser distribuído para várias famílias, esse repasse chega a uma nova formação do espaço, deixando de ser um espaço particular para ser um espaço geral, capaz de gerar seus modos de produção e promove uma formação social (SANTOS, 1977), composta por apoios políticos, contribuindo para o desenvolvimento sócio econômico.

O espaço em sua maioria é feito a partir da luta pela terra, envolvendo não apenas os interesses sociais, dos que lutam pela terra, mas a classe que domina o poder, sempre estará interligados mediante a construção da luta pela terra, passando por um processo que segundo BOGO:

“A luta pela terra ao passar do estágio da conquista econômica para a luta política, contra o Estado e não simplesmente contra o latifundiário, superou também o estágio da negociação individualizada. (...) As conquistas ou as derrotas passaram a ter um caráter eminentemente político, pois se trata de obrigar o Estado a ceder em pontos que as políticas governamentais foram traçadas, procurando ignorar a reforma agrária” (1999, p.37).

Bogo busca estabelecer a estratégia de melhoria para a luta pela terra, o espaço comentado acima, grande executou das necessidades sociais, onde atuam as grandes lideranças, precisa ser entendido, não apenas no eixo principal, como tendo uma liderança capaz de executar opiniões e estabelecer, mais são necessárias as grandes mobilizações sócias, onde se buscam as conquistas das terras, para que possam criar seus próprios argumentos que sirvam para enfrentar a burguesia econômica, política do Estado, mostrando a necessidade de respeitar a reforma agrária, para a construção do espaço sendo ela:

(...) resultado de um processo pelo qual o homem, a produção e o tempo exercem o papel essencial. É a totalidade na qual o homem organiza o seu modo de vida e ao mesmo tempo, a parte que organiza a todos nesses termos (MOREIRA, 2009, p.62).

Capaz de ampliar as estratégias e melhoramento da conquista da terra, nessa ênfase detecta a organização do homem, como ponto primordial para estabelecer a conquista do espaço mediante a luta pela terra, que sempre esteve no cenário histórico, como desenvolvedora das conquistas de uma determinada nação, referindo deste o processo de colonização até os dias atuais.

O espaço proposto como uma ação que se realiza, via de regra, de contínuo visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança (CORRÊA, 2002) forma um processo de construção e reconstrução de uma determinada área, resultando-se a formação de classe social, capaz de realizarem ações em pró ao seu desenvolvimento que às vezes, é determinado pela luta em busca de seus objetivos.

Na luta pela terra, juntamente com o trabalho, os indivíduos buscam a terra para ser a sua principal fonte de produção primária (SPAROVEK, 2003), capaz de sustente diante da agricultura de subsistência para sua família, estando sempre ligado na organização espacial, feita através da sociedade passada que mostra, a partir da busca pelo domínio de um determinado território.

Tornando-se elemento primordial para a conquista do poder, isto ocorre nos movimentos sociais, principalmente no MST, movimento que busca a terra para apropriação de família no campo que culminou no principal movimento da luta pela terra.

(...) O MST começou a reivindicando terra e combatendo o latifúndio improdutivo; depois, passou a discutir a distribuição do dinheiro público, a invadir qualquer propriedade e a propor a tomada do poder (FERNANDES, 1999, p. 210).

A partir de 1978 o MST é um dos principais formadores do espaço agrário, o combate aos grandes latifundiários, vez propor políticas pública de apoio à classe de pessoas que buscam o direito da terra.

A implantação desse movimento social, outros projetos vieram a se forma mediante a busca e discussão com os principais líderes, um desse projeto foram, “assistência técnica no campo”, ampliando a capacitação do homem no campo, “fomento”, projeto destina cesta básica para todas as famílias que buscam seus direitos pela terra (INCRA, 1999).

Essa conquista estabeleceu um aumento de pessoas em quadrada no MST, o espaço da luta pela terra, sempre será um tema referente no entendimento da formação espacial, pressupondo em uma nova cultura e no desenvolvimento econômico social de um determinado espaço.

A partir das mudanças trazidas pelos movimentos sociais, a luta pela terra foi em todos os momentos se desenvolvendo no Brasil, pois após a grandes conquistas de grandes latifundiários no Rio Grande do Sul, a conquista de políticas públicas que concedia, pequenos direitos para apropriação das terras, a expansão do setor agrícola no território Brasileiro foram cada vez aumentando, desenvolvendo mais habitação no campo e modificando a paisagem existente nas terras Brasileira.

Muitos argumentam que essa concentração da posse das terras no Brasil não deve preocupar porque há muitas terras devolutas a serem incorporados pela expansão da fronteira agrícolas. De fato, a expansão da fronteira foi muito grande (...). Entre 1960 e 1970, por exemplo o numero de estabelecimento agropecuário passou de 3,3 milhões para 4,9 milhões, e a área que ocupavam, de 250 milhões de hectares para 294 milhões em 10 anos (SILVA, 2001, p.39).

Esse aumento extrapolou a formação de grupos que tinha o interesse da ocupação e expansão da agricultura no meio rural, por isso a implantação de uma reforma agrária no país veio com mais intensidade, os grandes fazendeiro tinham em seu poder, extensões de terras, muitas delas improdutivas sem favorecimento econômico (MARTINS, 2004). Através da luta pela terra, a construção do MST, várias fazendas do sul foram ocupadas por inúmeras famílias, ocorrendo um conflito social entre os latifundiários e as famílias.

Os acontecimentos formalizaram o cenário do espaço agrário Brasileiro, pois, as brigas pela terra e a integração de famílias no espaço latifundiário, constituiu uma nova forma de planejar agricultura familiar no Brasil.

Hoje diante da luta da terra o espaço vai se formando, cada vez mais distinguido pela implementação de uma nova cultura existente, a ocupação devoluta de um processo de conflitos, colaboraram para implantação de politicas publicas cabíveis para desenvolvimento.

A reforma agrária, que poderia ser mais bem vista nos olhares públicos, passa-se a imerecida, surgindo à necessidade para aprimoramento das subdivisões de terras nos referidos espaços latifundiários.

Considerações Finais

Os estudos por meio de leitura geográfica acerca da Reforma Agrária e a produção rural familiar dos assentamentos têm despertado o interesse de variados pesquisadores, como geógrafos e sociólogos, o que proporciona um rico debate, ressaltando as desigualdades e especificidades regionais de assentamentos rurais espalhados em todo o Brasil.

Quando se trata das questões agrárias, tem-se em vista a totalidade, no desempenho para sua formação, através do modo de produção e a necessidade encontrada para a busca de melhoria de vida. O espaço tem sua autonomia, porque a sociedade existente desenvolvem técnicas, para o desenvolvimento social e econômico.

A ocupação de um espaço no planeta terra, sempre esteve em batalha, devido ao poder, das pessoas que contém mais capital, para eles dominarem determinadas áreas eram fácil, porque estabelecia uma barreira, capaz de subdividi o homem e a terra, mediante o capital. A terra se concentrou nas mãos de poucos, este processo originou-se dos ancestrais até os dias de hoje, por exemplo, uma determinada nação só tinha grande poder, se conseguisse território e ampliar seu espaço de batalha.

O Estado o grande desenvolvedor de políticas públicas, capaz de ampliar o espaço da luta, dos camponeses contra os grandes latifundiários, colaborou para criação de projetos que venha a estabelecer o desenvolvimento das famílias no espaço rural.

Capaz de ampliar as estratégias e melhoramento da conquista da terra, nessa ênfase detecta a organização do homem, como ponto primordial para estabelecer a conquista do espaço mediante a luta pela terra, que sempre esteve no cenário histórico, como desenvolvedora das conquista de uma determinada nação, referindo deste o processo de colonização até os dias atuais.

Tornando-se elemento primordial para a conquista do poder, isto ocorre nos movimentos sociais, principalmente no MST, movimento social brasileiro de inspiração marxista, cujos objetivos além da distribuição de terras, a efetivação de um conjunto de políticas sociais capazes de contribuir para a melhoria de vida dos cidadãos os quais o estado tem o dever de proporcioná-los como forma de adimplir uma dívida histórica que a classe dominante detentora dos poderes político e econômico tem com os pertencentes à camada mais inferior, ou seja, pobres miseráveis e excluídos. Os acontecimentos formalizaram o

cenário do espaço agrário Brasileiro, pois, as brigas pela terra e a integração de famílias no espaço latifundiário, constituiu uma nova forma de planejar agricultura familiar no Brasil.

Contudo, diante da luta da terra o espaço vai se formando, cada vez mais distinguido pela implementação de uma nova cultura existente, a ocupação devoluta de um processo de conflitos, colaboraram para implantação de políticas públicas cabíveis para desenvolvimento. A reforma agrária, que poderia ser mais bem vista nos olhares públicos, passa-se a imerecida, surgindo à necessidade para aprimoramento das subdivisões de terras nos referidos espaços latifundiários.

Referências

- BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**. – Salvador: Memorial das Letras, 1999. P. 37.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A geografia brasileira, hoje: Algumas reflexões**. São Paulo: Terra Livre, Ano 18, vol I, p. 161-178. 2002.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. In: GOMES, Paulo Cesar da Costa; CASTRO, Iná Ellias (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e temas** / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 4 ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.
- CASSIRER, Ernst. **The Philosophy of Symbolic Forms**, vol. 1, 1953 (traduction by Charles W. Hendel).
- ELIAS, Denise. **Meio técnico científico informacional e a reorganização do espaço agrário nacional**. In: MARAFON, Abordagem teórico metodológico em Geografia Agrária.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec. 1999
- HARTSHORNE, R. **The Nature of Geography**. Lancaster, Association of American Geographers. 1939, pag. 395.
- HARVEY, D. **Explanation in Geography**. London Edward Arnold. 1969.
- INCRA/SE. **Cadastramento dos acampamentos/conflitos de terra em Sergipe** – out/99. mimeo.

KAGEYAMA, Ângela A. **Rural e ruralidade**. In: Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. p. 15-49.

LEFÉBVRE, H. **Espcio y Política**. Barcelona, Ediciones Peninsulas (original em francês de 1973), 1976 p. 25.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. 157 p.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O Poder do Atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta**. Editora Hucitec - São Paulo, 1994. p. 19 – 92.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. 213 pp.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 172 p.

_____. **O Cativo da Terra**. – 8ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2004.

MENDES, E. de P. P. **A Produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO) / Estevane de Paula Pontes Mendes**. – Presidente Prudente: [s.n.], 2005. 294 p.

MOREIRA, Ruy. **Pensamento geográfico brasileiro 2: as matrizes da renovação**. Editora Contexto. São Paulo. 2009.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática: 1986. 88 p.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 89 p. (Tudo é História).

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 364 p.

SANFELICE, J. L. **Dialética e Pesquisa em Educação**. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. 2ªed. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SANTOS, Milton. **Geografia, marxismo e subdesenvolvimento**. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: Teoria e Crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo, Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, p. 61, 1999

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalizado e meio técnico científico-informacional**. 1ed (1994) 1. Reinpr. 5º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Sociedade e Espaço: a formação social com teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977.

SILVA, José Graziano, **O que é questão agrária**. 1ed 1993. São Paulo: Brasiliense, 2001. P. 47

SOJA, E; e HADJIMICHALIS, C. **Between Geographical Materialism and Spatial Fetishism: Some Observations on the Development of Marxist Spatial Analysis**. Antípode, Worcester, p. 11. 1979.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Org. – Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1994.

STRAZZACAPPA, Cristina. **A luta pela terra no Brasil: um sonho que se tornou dívida**. Estudo e Sociedade e Agricultura (CPDA-UFRRJ), v. 18, p. 10, 2010.

THOMAS, Junior. **Povoamento o território da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, contemporâneo**. Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, vol. 11, n. 2, 31 Dezembro de 2010. Disponível em<<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada112/01THOMAZ1102.pdf>>. Acessado em: 15/04/2017

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**. DIFGL, São Paulo, 1983, p. 112.